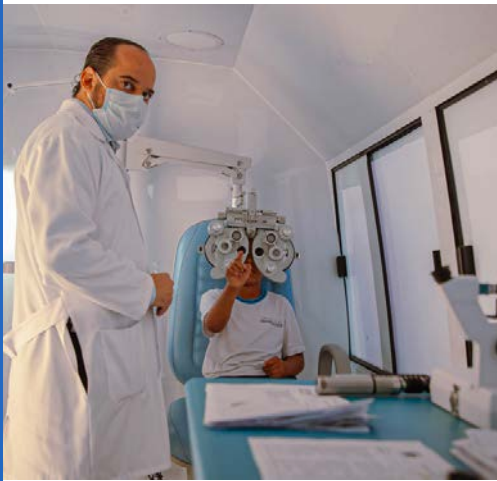


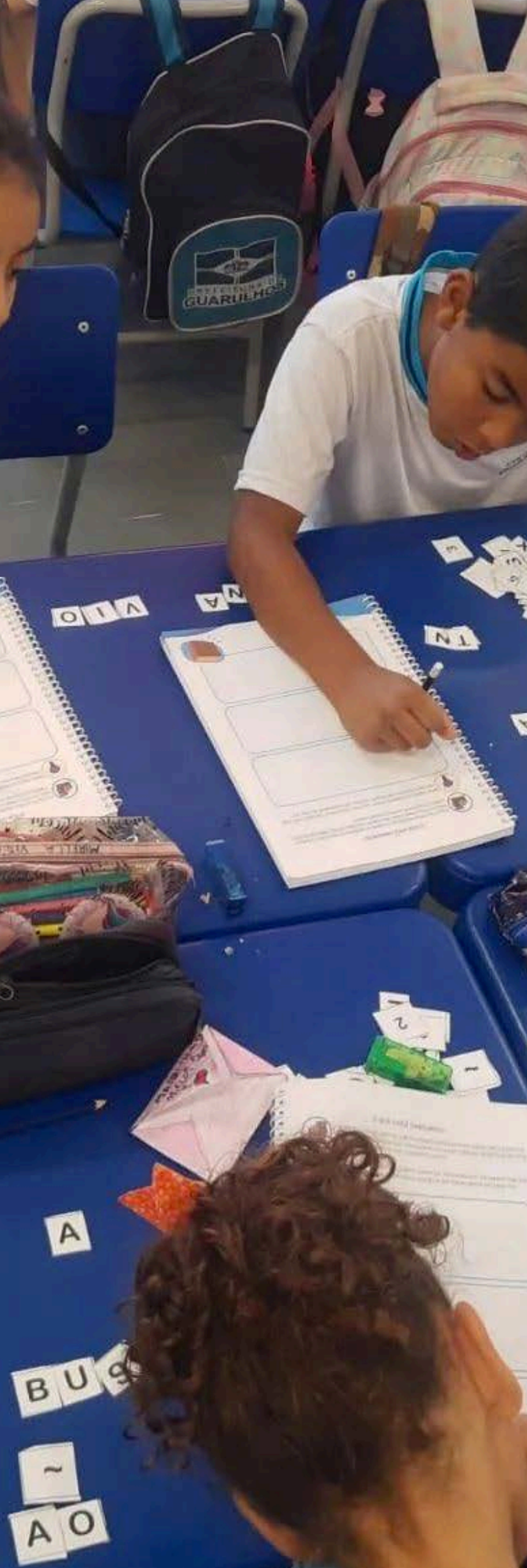
DOEP



Ações Gerais

Na busca pela implementação do QSN





Prefeito

Gustavo Henric Costa

Secretário de Educação

Alex Viterale

Subsecretária de Educação

Fábia Costa

Diretora do Departamento de Orientações
Educativas e Pedagógicas - DOEP

Solange Turgante Adamoli

Elaboração e autoria

Solange Turgante Adamoli

Revisão de Texto

Ana Paula Lucio Souto Ferreira

**Departamento de Orientações
Educativas e Pedagógicas - DOEP**

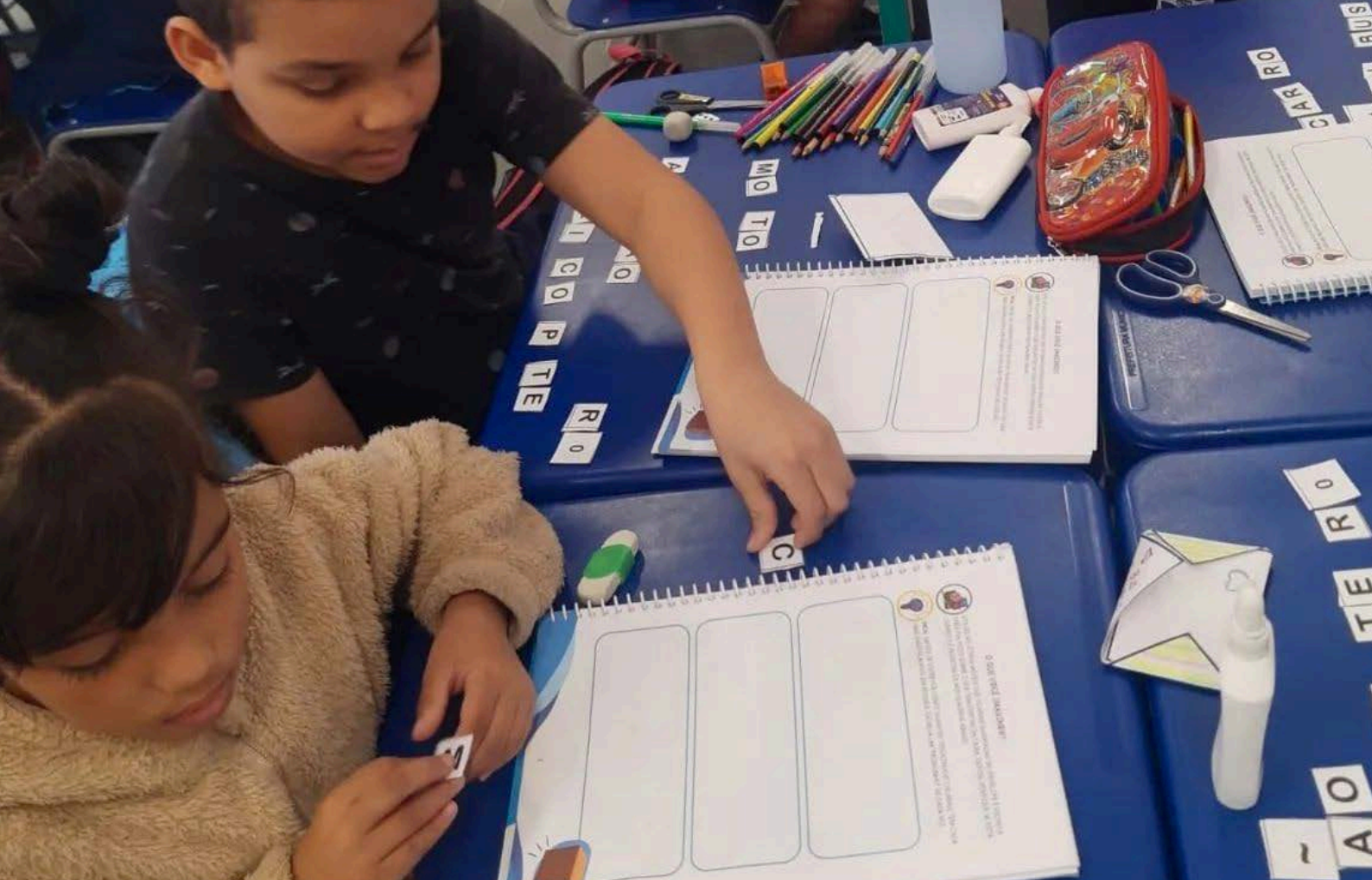
Guarulhos, 2024



Ensinar é um exercício de imortalidade. De alguma forma continuamos a viver naqueles cujos olhos aprenderam a ver o mundo pela magia da nossa palavra. O professor, assim, não morre jamais...



Rubem Alves



CARTA AO LEITOR

Chegamos a mais um término de gestão e consideramos ser importante deixar registrado os avanços e as conquistas nesse curto período de tempo, afinal, caberá aos profissionais da Rede Municipal de Ensino tornarem-se os guardiões do que realmente foi significativo e melhorar os aspectos que necessitam avançar.

Neste documento, apresentaremos o histórico do Departamento de Orientações Educacionais e Pedagógicas (DOEP) por meio das legislações, dos programas e projetos que se tornaram políticas públicas fundamentais para o crescimento da nossa Rede. Em formato de Revista, este documento trata-se da abertura de uma Coletânea que apresentará o que foi construído de forma detalhada em cada uma. Nosso objetivo é que os profissionais da educação possam acessar as publicações produzidas como importantes fontes de pesquisa.

Convidamos você para conhecer também toda a publicação da Coleção 2020, disponível no Portal da Secretaria de Educação Municipal de Guarulhos no link:
https://portaleducacao.guarulhos.sp.gov.br/siseduc/portal/site/listar/arquivo/?idinstituicao=&id_tipo_arquivo=10&nome=&submit=Buscar.

Desejamos a todos uma ótima leitura!

Adriano T. Adameli

SUMÁRIO

03

**Linha do Tempo /
Legislações**

04

**Proposta Curricular
e sua concepção de
Educação Integral**

09

**Inclusão de pessoas
com deficiência:**
das Classes bilíngues à
política de Educação Especial
na perspectiva inclusiva

11

**Ações de
reconhecimento à
diversidade humana**

15

Incentivo à Leitura

17

**Garantia de direitos
de aprendizagem
dos educandos**

19

**Avaliação no
processo de ensino
e aprendizagem**

21

Educação Ambiental

Linha do Tempo

Legislações

Lei Municipal nº 7.598/2017 - Plano de Educação da Cidade de Guarulhos Sobre o Plano de Educação da Cidade de Guarulhos - PME para o período 2017/2027

2017

- Lei Municipal nº 7.751/2019 - Programa Música nas Escolas - Institui o Programa Música nas Escolas, através da estruturação da Orquestra Sinfônica Municipal de Guarulhos.
- Lei Municipal nº 7.785/2019 - Política Municipal de Educação - Institui a Política Municipal de Educação, cria o Sistema Municipal de Educação de Guarulhos.
- Lei Municipal nº 7.795/2019 - Criação de Classes Bilíngues para Surdos - Dispõe sobre criação de Classes de Educação Bilíngue para Surdos na Rede Municipal de Ensino.
- Portaria nº 57/2019 - SE - Projeto de Professor Referência de Apoio à Inclusão.

Lei Municipal nº 7.921/2021 - Programa Saberes em Casa - Institui a Política Municipal de Atividades Complementares Remotas por meio do Programa Saberes em Casa de Guarulhos.

2021

- Portaria nº 217/2023 - SE - Política para Educação Integral nos espaços educativos da Secretaria de Educação.
- Decreto Municipal nº 40.782/2023 - Sobre a Política para a Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva.

2023

Lei Municipal nº 7.659/2018 - Inclusão de Jornadas de Trabalho - CEMEAD Altera o caput e revoga o § 2º do artigo 2º da Lei nº 7.274, de 29/05/2014, que alterou a Lei nº 6.058, de 04/03/2005, alterada pela Lei nº 6.711, de 01/07/2010, para incluir modalidades de jornada de trabalho mediante opção e dá providências correlatas.

2018

- Portaria nº 10/2020 - SE - Extrato do Parecer de Homologação da Proposta Curricular de Guarulhos - Quadro dos Saberes Necessários - QSN (Guarulhos, 2019).
- Lei nº 7.865/2020 - Programa LEIA - Institui o Programa LEIA - Leitura, Emancipação, Interação e Alfabetização.
- Decreto Municipal nº 36.999/2020 - Dispõe sobre classificação e destinação de livros recebidos pelo Programa Nacional do Livro Didático - PNLD.

2020

- Lei Municipal nº 8.088/2022, 22 de Dezembro de 2022 - Cria o Fórum Municipal de Educação de Guarulhos - FME.
- Portaria nº 238/2022 - SE - Sobre as ações integrantes do Programa Educa Mais.

2022

Portaria nº 021/2024 - SE - Organização do Trabalho Pedagógico - 2024

2024

Proposta Curricular - QSN

A Proposta Curricular - Quadro de saberes Necessários (QSN) foi lançada oficialmente no dia 09 de dezembro de 2019 durante a abertura do evento Diálogos em Rede.

O mais importante a registrar é seu caráter democrático participativo pelo qual foi construído.

Um desafio e tanto foi trabalhar com um Grupo de Trabalho com cerca de 60 pessoas representantes dos diversos segmentos da educação.

Gostamos de afirmar que pudemos exercitar a mais elevada participação democrática: por consenso.

A regra foi sempre esgotar todos os argumentos e chegar ao consenso para a decisão final, nada de votação.

Além disso, foram propostas audiências públicas até chegarmos ao produto final.

O QSN é resultado de uma construção coletiva, por isso, deve ser muito valorizado.



CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO

A Proposta Curricular do município de Guarulhos alinhada à BNCC - Base Nacional Comum Curricular, define sua concepção de educação: EDUCAÇÃO INTEGRAL.

Apesar de parecer algo simples de se compreender, trazê-la para a prática docente cotidianamente é um grande desafio!

Teoricamente, sabemos que “a cabeça não está separada do corpo”, porém planejar e propor atividades que envolvam as diversas linguagens reconhecendo os sujeitos como multidimensionais e tê-los no centro dos processos de aprendizagem respeitando e incluindo suas identidades por meio de gestão democrática, ainda nos parece algo distante de ser concretizado.

É essencial que sejam seguidos os princípios pedagógicos da Educação Integral: diversidade, ludicidade e vivência.

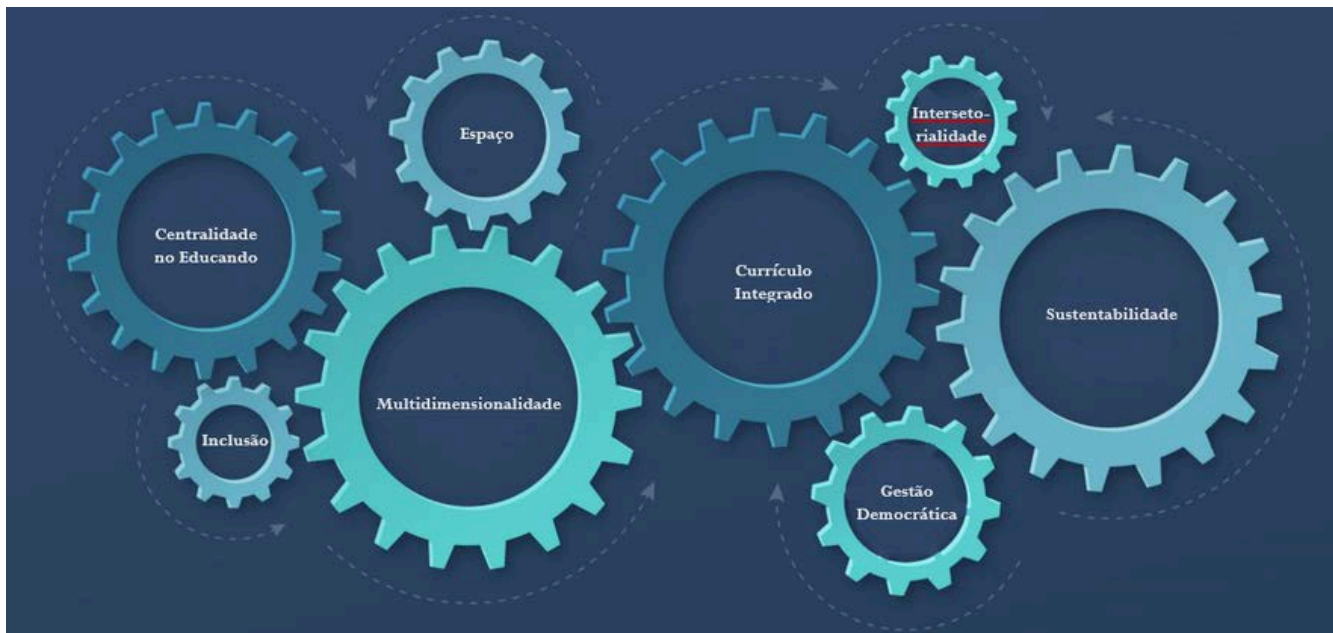


EDUCAÇÃO INTEGRAL E SEUS ASPECTOS



CONCEPÇÃO DE EDUCAÇÃO INTEGRAL

Para compreender a Concepção de Educação Integral, é necessário perceber que os aspectos apresentados no infográfico na página anterior, funcionam como se fizessem parte de uma engrenagem que atuam de forma articulada dando movimento ao processo de ensino e aprendizagem.



PLANEJAMENTO DAS ATIVIDADES

Pensando de maneira articulada, temos que, para planejar, considerar o aspecto da Centralidade no Educando, com isso, o processo de avaliação diagnóstica e formativa é imprescindível para identificar as aprendizagens já consolidadas por cada um dos educandos e, assim, definir as aprendizagens que devem ser desenvolvidas num determinado período de tempo dando sequência para a verificação dos avanços que estão sendo alcançados. Nesse processo de avaliação, precisamos identificar as adequações e/ou as adaptações curriculares que devemos realizar a fim de dar acesso, de forma equitativa, aos educandos em processo de inclusão: com deficiência, transtornos, migrantes, relações étnicas raciais. Ao planejar, considerar as múltiplas linguagens, pois somos sujeitos multidimensionais e precisamos de uma diversidade de propostas para aprendermos,

ou seja, para que um mesmo objeto de conhecimento possa ser apreendido, devem ser oportunizadas propostas de investigação; pesquisa; exploração; desenho; pintura; fotografia; teatro; colagem; leitura e escrita. Precisamos definir “onde”, ou seja, em qual espaço a aprendizagem irá se consolidar: na sala de aula; no jardim; na praça do bairro; na padaria; na feira; no mercado; entre outros lugares. Será necessária a parceria com outros setores da prefeitura? Seja para uma intervenção ou acompanhamento: UBS; Conselho Tutelar; CAPES? Como as aprendizagens estão relacionadas à sustentabilidade? Planejar a partir do objeto do conhecimento, pressupõe, ainda, que esteja em mais de um Campo de Experiência (Educação Infantil) e em mais de um Eixo (Ensino Fundamental e EJA).

GESTÃO DEMOCRÁTICA PARTICIPATIVA

Dedicaremos um espaço especial a esse aspecto, pois muito se fala sobre democracia, porém o entendimento da Gestão Democrática no ambiente escolar tem tomado rumos diversos.

A gestão democrática surge na Constituição Federal de 88 em seu art. 206 como sendo um dos princípios da Educação brasileira e é ratificada na LDB/nº 9.394/96.

Quando o QSN a traz como um dos aspectos da Educação Integral, este coloca para as unidades escolares a tarefa de construir ações e práticas de participação democráticas no âmbito escolar para sua efetivação, a fim de assegurar os processos coletivos de participação e de tomada de decisão. Isso nos impulsiona à uma profunda reflexão para que haja uma mudança de paradigma visando a gestão democrática participativa para além dos processos burocráticos, como é o caso dos Conselhos Escolares - CE e dos Conselhos Participativos de Classe e Ciclo - CPCC.



A gestão democrática é entendida como a participação efetiva dos vários segmentos da comunidade escolar, pais, professores, estudantes e funcionários na organização, na construção e na avaliação dos projetos pedagógicos, na administração dos recursos da escola, enfim, nos processos decisórios da escola.

[...]

A democratização da gestão é defendida enquanto possibilidade de melhoria na qualidade pedagógica do processo educacional das escolas, na construção de um currículo pautado na realidade local, na maior integração entre os agentes envolvidos na escola – diretor, professores, estudantes, coordenadores, técnico-administrativos, vigias, auxiliares de serviços – no apoio efetivo da comunidade às escolas, como participante ativa e sujeito do processo de desenvolvimento do trabalho escolar. (OLIVEIRA; MORAES; DOURADO).



De acordo com as considerações acima, passemos a outras reflexões.

DISPOSITIVOS OU ESPAÇOS DE PARTICIPAÇÃO

Dispositivos ou espaços de participação dizem respeito aos “mecanismos” construídos e que devem ser consolidados para a efetivação da gestão democrática participativa, como estabelecida no QSN, ou seja, além do Conselho Escolar, do Conselho Participativo de Classe e Ciclo - CPCC, quais outros mecanismos de participação decisória foram construídos e definidos pelas equipes escolares?

Se temos como objetivo a formação humana para o exercício da cidadania, é imprescindível que os educandos vivenciem a cidadania para aprenderem a refletir criticamente sobre os aspectos da sociedade a partir da reflexão dos aspectos da própria escola.

Dessa forma, compreendemos como Gestão Democrática Participativa a superação dos processos centralizadores para uma prática de gestão colegiada, na qual todas as pessoas são envolvidas nas decisões que surgem de discussões coletivas com o envolvimento dos diversos segmentos tornando-se corresponsáveis pelas ações da escola.

CONSELHINHO

Conselhinho ou Conselho Mirim é uma nomenclatura utilizada para designar o colegiado formado por crianças.

Como tal, segue as funções deliberativas e propositivas. É formado por representantes de turmas eleitos por seus pares.

Além do exercício da participação, de forma indireta, vivencia a representatividade, ou seja, aprende que como “representante” de um grupo deve se reportar a ele antes das reuniões para levar para as discussões o que o coletivo pensa, propõe ou problematiza, dependendo sempre da “pauta da reunião” antecipada.

ASSEMBLEIAS

As Assembleias possuem outro aspecto, pois são reuniões gerais abertas à participação de todos, sendo que a pauta é construída pela coletividade.

Experiências mais conhecidas, disponibilizam cartazes em locais de fácil acesso no qual os participantes da assembleia registram os aspectos que desejam debater na plenária.

Há diferentes composições com objetivos distintos de assembleias:

Assembleias de Funcionários: como o próprio nome já diz é formada pelos funcionários que atuam na escola e tem por objetivo discutir aspectos

do funcionamento ou das relações interpessoais da escola. O cartaz de construção da pauta deve ficar em local onde todos passem diariamente e possam escrever.

Assembleias de Classe: estas são formadas pelos educandos e pelos professores de uma determinada turma e visa debater os aspectos exclusivos da própria turma.

Assembleias Escolares: é formada por todos da escola - educandos e funcionários e objetiva o debate sobre os aspectos gerais da escola tendo seu cartaz fixado no pátio.

Inclusão de pessoas com deficiência:

das Classes Bilíngues à política de Educação Especial na perspectiva inclusiva

EDUCAÇÃO ESPECIAL NA PERSPECTIVA DA EDUCAÇÃO INCLUSIVA

A discussão sobre “inclusão”, ainda que acalorada e repleta de controvérsias, já avançou muito. Se antes discutíamos que as escolas não possuíam estrutura física para receber as crianças, jovens e adultos com deficiência, hoje discutimos o acesso ao currículo garantindo-lhes os direitos de aprendizagem.

Não cabe mais o discurso que os educandos estão nas escolas apenas para se “socializarem”. Eles estão nas escolas para serem inseridos em todos os processos de aprendizagem, inclusive as voltadas para a “socialização”, para aprenderem a estabelecer relações interpessoais com todos os educandos que aí estão.

O atual desafio é eliminar as **BARREIRAS ATITUDINAIS** que, carregadas de preconceitos, invalidam as potencialidades das pessoas com deficiência.



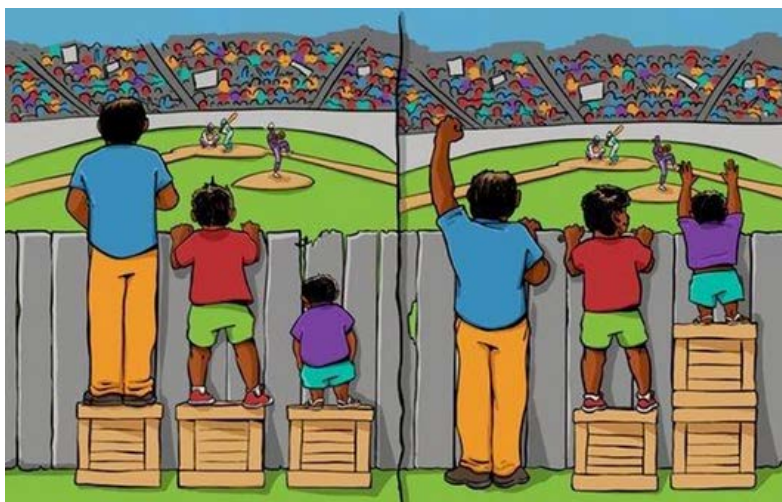
É preciso assegurar o processo de escolarização com **equidade** de oportunidades, não de igualdade. Dessa forma, os Planos Pedagógicos Individualizados - PPIs surgem como uma estratégia para, forçosamente, olhar para a PESSOA com suas características próprias, com seu ritmo de aprendizagem, com suas necessidades de adequação curricular, de adaptação de materiais e de apoios. Nesse sentido, ainda precisamos compreender que não é o laudo que define as necessidades, mas sim a avaliação pedagógica dos profissionais da educação.

AS CLASSES BILÍNGUES PARA EDUCANDOS SURDOS

Nossa! Mas se a educação é inclusiva, por que temos classes bilíngues para educandos surdos?

Pois é! No texto acima, afirmamos que precisamos trabalhar com EQUIDADE e não com IGUALDADE.

Retomemos uma imagem comum que circula em redes sociais e é utilizada em diversas formações:



Esta diferença, demonstrada de forma imagética, é fundante para compreender Educação Inclusiva, pois precisamos fornecer os elementos que são necessários para cada um, e isto é centralidade no educando.

Tem a ver com a garantia de oportunidades.

Assim, as classes bilíngues estão a favor da aquisição da Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS, como primeira língua para os educandos surdos a fim de que possam avançar em seu processo de escolarização.

Em consonância com a legislação federal, a Secretaria de Educação promulgou a Lei nº 7.795/2019 - Criação de Classes Bilíngues para Surdos, para assegurar que os educandos surdos da cidade de Guarulhos possam ter seu espaço de aprendizagem em LIBRAS.

Atualmente, a rede municipal de ensino conta com três polos nas EPGs: Crispiniano Soares, Edson Nunes Malecka, e Anísio Teixeira, na Vila Paraíso.

Além das Classes Bilíngues, temos dois projetos para atendimento dos educandos surdos. São eles:

- Projeto Educacional Bilíngue para bebês-surdos, que consiste na presença de um professor itinerante, com formação em LIBRAS, para acompanhamento das crianças atendidas nas creches;
- Projeto Educacional Bilíngue para os educandos da EJA, surdos e ouvintes, a depender da demanda de educandos surdos numa mesma região, para constituição de classe bilíngue.



Ações de reconhecimento à diversidade humana

Ampliando o olhar para a Educação Inclusiva

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, MIGRANTES, QUESTÕES DE GÊNERO, COMBATE ÀS VIOLÊNCIAS

Compreender Educação Inclusiva em seu conceito amplo nos auxilia a avançarmos nas questões referentes às pessoas com deficiência.

Reforçando: não devemos usar o termo “crianças de inclusão” quando queremos nos referir às crianças com deficiência, INCLUSÃO diz respeito a todas as pessoas que estão em alguma situação de diversidade, considerando os aspectos que compõem a sua singularidade.



O que diz o QSN?

A Inclusão Educacional, erroneamente entendida como destinada apenas aos estudantes com deficiência, compreende de fato o compromisso com a promoção da educação de qualidade. Portanto, diz respeito a todas e todos.

Pauta-se na equidade, com vista à igualdade de oportunidades, e objetiva a garantia do direito humano fundamental de acesso à educação.

[...] Para tal, pressupõe a valorização das diferenças humanas, considerando as diversidades étnicas, sociais, culturais, intelectuais, físicas, sensoriais, de gênero e de identidade dos seres humanos, sem exceções.

RELAÇÕES ÉTNICO-RACIAIS, MIGRANTES

Compreender as Leis nº 10.639/2003 e nº 11.645/2008 é o primeiro passo para a inclusão do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena nos currículos escolares.

É urgente sairmos de “*datas comemorativas*” que reforçam estereótipos eurocêntricos, para a introdução das culturas e conhecimentos afro-brasileiros e indígenas no cotidiano das salas de aula.

Façamos algumas reflexões:

- Mudamos nosso vocabulário? Povos Indígenas ao invés de “índios”? Escravizados no lugar de escravos?
- Temos conhecimento das origens, ancestralidade, cultura, vestimentas, alimentação, costumes dos nossos educandos?
- Buscamos os conhecimentos africanos, indígenas e dos migrantes para trabalhar com os diversos objetos de conhecimento do QSN?
- Incorporamos literaturas de diversas origens nas leituras diárias?
- Trabalhamos com os países africanos que falam inglês ou somente com EUA e Inglaterra?
- Quais artistas e obras de Arte apresentamos aos educandos?
- Quais culturas corporais incorporamos nas nossas aulas?

QUESTÕES DE GÊNERO

Recheadas de tabus, as questões referentes a gênero ficam sempre relegadas a um segundo plano. Como consequência, continuamos assistindo feminicídios, afinal de contas a mulher “vale” menos que um homem e reproduzimos a cultura da posse das mulheres pelos homens.

Estudar e compreender como se dá a construção das identidades e reconhecer as questões LGBTQIAPN+ nem pensar!

Somos humanos e por essa razão, somos múltiplos! Precisamos acolher as crianças, adolescentes, jovens e adultos gays, lésbicas, trans, entre outras que surgem, pois é função da escola combater todo o tipo de preconceito.

COMBATE ÀS VIOLÊNCIAS

Todas as questões até aqui abordadas resultam em violências. Assim como as identidades são múltiplas, as violências também o são.

Passam pelo bullying, cyberbullying, racismo, homofobia.

Queremos Cultura de Paz!

O combate às violências passa pelo conhecimento, já a ignorância (não querer aprender) leva ao preconceito.

FORMAÇÃO E PUBLICAÇÕES

Para contribuir com a formação dos profissionais da educação do município de Guarulhos, o DOEP produziu e disponibilizou diversos materiais para serem lidos, estudados e consultados sempre que precisarem.

PESSOAS COM DEFICIÊNCIA



acesse:

<https://portaleducacao.guarulhos.sp.gov.br/siseduc/portal/exibir/arquivo/9583/inline/>

INDÍGENAS



acesse:

<https://portaleducacao.guarulhos.sp.gov.br/siseduc/portal/exibir/arquivo/9636/inline/>



acesse:

<https://portaleducacao.guarulhos.sp.gov.br/siseduc/portal/exibir/arquivo/10991/inline/>

EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA



acesse:
<https://portaleducacao.guarulhos.sp.gov.br/siseduc/portal/exibir/arquivo/9828/inline/>



acesse:
<https://portaleducacao.guarulhos.sp.gov.br/siseduc/portal/exibir/arquivo/11151/inline/>

COMBATE ÀS VIOLÊNCIAS



acesse:
<https://portaleducacao.guarulhos.sp.gov.br/siseduc/portal/exibir/arquivo/10094/inline/>

MIGRANTES



acesse:
<https://portaleducacao.guarulhos.sp.gov.br/siseduc/portal/exibir/arquivo/9589/inline/>

Incentivo à Leitura

PROGRAMAS E PROJETOS

É função da administração pública identificar as necessidades e construir programas e projetos que favoreçam o atendimento das demandas que se apresentam.

Assim surgiram as diversas propostas que foram implementadas ao longo dos anos nesta gestão.

PROGRAMA MINHA SALA DE LEITURA



Este Programa visa contribuir para a construção de acervo literário nas casas dos educandos. A entrega do material constitui, ainda, mais um apoio para o processo de ensino e aprendizagem, para que os educandos tenham acesso à literatura e desenvolvam atividades na escola e em casa com a orientação dos professores.



LIVROS...LIVRES, VOAM!

O Projeto tem por objetivo ampliar e fomentar a literatura em todas as regiões do município. Foram instaladas estantes com livros em diversos equipamentos públicos por meio de parceria entre a Secretaria de Educação, Secretaria de Saúde e de Assistência Social.

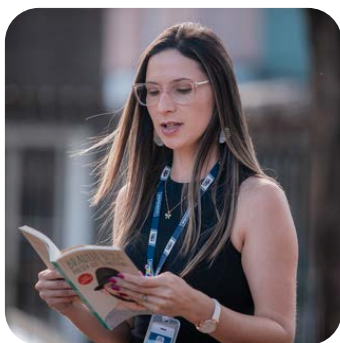


ABRIL LITERÁRIO - LITERALMENTE ISSO



A partir da Lei nº 7.016, de 2 de abril de 2012, que instituiu o Programa Municipal de fomento ao livro, leitura e literatura, no município de Guarulhos, a Secretaria de Educação por meio do DOEP, realizou anualmente o “Abril Literário - Literalmente Isso...” com temáticas diferentes para cada ano.

Tendo os objetivos da lei como norte, o departamento incentiva, planeja e organiza ações de leitura por toda a cidade: Secretaria de Educação; Escolas próprias e Instituições Parceiras; CEUs; Centros Municipais de Educação; CILs e CMILs.



Garantia de direitos de aprendizagem dos educandos

IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO PERMANENTE

De forma intencional, colocamos o título desta parte “*Garantia de direitos de aprendizagem dos educandos*” e começamos falando sobre a Formação Permanente, pois não há como assegurarmos o processo de ensino e aprendizagem dos educandos sem que o professor se aperfeiçoe permanentemente. A sociedade evolui, as pessoas mudam e, aqueles professores que têm mais tempo de atuação, veem as crianças, jovens e mesmo os adultos chegarem nas escolas com outras características.

A diversidade humana está presente em cada sala de aula e é fundamental ter conhecimentos para sabermos como atuar em cada situação.

Oferecer cursos é suficiente? Não.

É essencial que cada profissional da Educação perceba a necessidade de se aperfeiçoar na sua prática.

Cabe à Secretaria de Educação ofertar formações necessárias para a atuação dos seus profissionais.

Mas, ainda não é possível prever todas as necessidades que surgirão no caminho profissional de cada um.

A Formação Permanente dessa gestão foi composta por:

- publicações de diversos temas;
- cursos em horário de serviço: em hora-atividade, pelo CEMEAD, LEIA e LEEI;
- cursos por inscrição;
- seminários presenciais e virtuais;
- fóruns;
- palestras;
- lives;
- orientações didáticas temáticas;
- programa Saberes em Casa; entre outros.



PROGRAMA SABERES EM CASA AÇÕES COMPLEMENTARES À ESCOLA

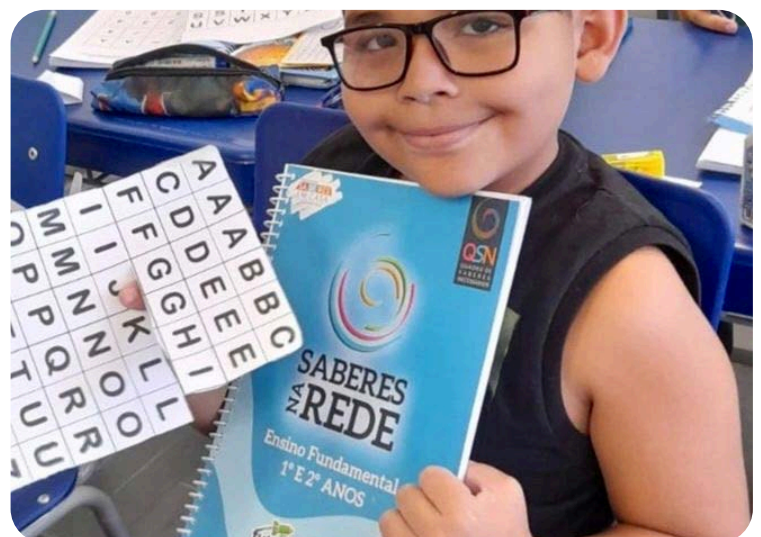


Criado em um momento de enfrentamento à pandemia por COVID 19 - o Programa Saberes em Casa teve suas ações consolidadas como propostas complementares que têm o objetivo de auxiliar os professores nas aulas regulares ao mesmo tempo em que podem ser acessadas de suas casas.

O Programa está organizado e pode ser assistido no endereço eletrônico: https://portaleducacao.guarulhos.sp.gov.br/wp_site/saberres/. Ele é composto por vídeos veiculados pelo YouTube; biblioteca virtual; Dá um play com games educacionais; e Vamos brincar, com ainda outros espaços para as crianças, jovens e adultos.

Para contribuir com a ação docente, foram criados materiais didáticos para os educandos e materiais de apoio aos professores.

Surge, então, o “Saberes na Rede” em substituição aos Roteiros de Estudo e/ou Aprendizagem e às Orientações para a Educação Infantil que foram implementadas durante o período pandêmico.



Avaliação no processo de ensino e aprendizagem

ENTRE A IMPORTÂNCIA E OS TABUS

A avaliação construída pela rede municipal de Educação de Guarulhos tem em seu cerne a concepção de “Avaliação **PARA** a aprendizagem”, por esse motivo ela não é classificatória, mas sim diagnóstica e formativa.

Apesar disso, ainda temos, tanto as Sondagens de Hipóteses de Escrita como as Provas de Comunicação e Expressão e Educação Matemática sendo utilizadas como instrumentos de classificação e não para reconhecimento das aprendizagens que o educando já consolidou, identificação das aprendizagens que precisam ser desenvolvidas para que o professor, diante desses dados, organize seu planejamento de forma intencional e sistematizada.

AVALIA
+ mais

Já no Ensino Fundamental, a avaliação deve ser organizada de acordo com o objeto de conhecimento, ou seja, deve ser considerado se as aprendizagens estão relacionadas aos Saberes Atitudinais (organização de critérios de observação a partir do que está sendo trabalhado); Saberes Procedimentais (registro das apresentações realizadas); ou Saberes Conceituais (aplicação de provas objetivas ou dissertativas).

É função dos professores, desde a Educação Infantil realizar avaliações do processo de ensino e aprendizagem. Na EI, utilizamos a observação como forma de avaliação, no entanto, esta deve ser planejada, sistematizada (com critérios pré-definidos) e com a realização dos devidos registros (podendo ser em planilhas ou relatórios individualizados).



DAS CONSTRUÇÕES DA SE

Em virtude das atuais exigências federais e estaduais, é necessário que a Secretaria de Educação possua sistemas de acompanhamento das aprendizagens da rede municipal.

Assim, o DOEP, por meio da Divisão Técnica de Avaliação e Monitoramento de Resultados, criou o Sistema Avalia Mais que é composto pela acompanhamento da Sondagens de Hipóteses de Escrita que monitora a apropriação do Sistema de Escrita Alfabético - SEA e a aplicação e análise dos resultados obtidos em relação à Proficiência Leitora; Escritora e Educação Matemática.



Para que seja possível a construção dos itens das provas de acordo com os Saberes e as Aprendizagens do QSN, foram construídas as Matrizes e Escalas das avaliações municipais.



Com objetivos diferentes da escola, esses dados nos fornecem informações para as tomadas de decisão frente à formação; construção de orientações didáticas; implantação de projetos e programas de recomposição de aprendizagens; e outras que se façam necessárias tendo como foco a garantia do direito de aprendizagem preconizado na LDB 9.394/96.

acesse:
<https://portaleducacao.guarulhos.sp.gov.br/siseduc/portal/exibir/arquivo/9946/inline/>

Educação Ambiental

IMPORTÂNCIA DA FORMAÇÃO PERMANENTE



acesse:

<https://portaleducacao.guarulhos.sp.gov.br/siseduc/portal/exibir/arquivo/9583/inline/>

Cabe a todas as unidades escolares assumirem a Educação Ambiental como parte integrante de seus currículos que deve ser trabalhada de forma transversal.

É fundamental que as escolas assumam sua função social na formação de pessoas para a sociedade e para o mundo que desejamos ter no futuro, talvez, nem tão distante quanto pensamos.



É urgência mundial mudarmos a situação ambiental.

Vemos cotidianamente eventos que se tornam cada vez mais cataclísmicos: enchentes; ressacas nas praias; tornados; furacões e até ciclones no Brasil.

Não é um problema exclusivamente de governo, mas um problema para a humanidade.

Sendo assim, cada um deve fazer sua parte no lugar em que vive e convive.



Compete à Divisão Técnica de Educação Ambiental assegurar, principalmente a formação dos profissionais da Educação.

Foram realizados: seminários; cursos; horas-atividades; e disponibilização de materiais para os educadores e para os educandos: destinação correta de resíduos; economia de energia elétrica e de água; arboviroses, além da construção de programas como o "Nossa Escola Recicla" e produção de um Bloco para o Programa Saberes em Casa.

Divisão Técnica de Comunicação Educacional

Colaboração: Ana Paula O. A. Santos, Anna Solano, Carla Maio, Camila Rhodes, Danielle Chaves, Diego Alves, Eduardo Calabria, Gezer Amorim, Maira Kami, Mateus Barboza, Rodolfo Santana, Talita Siebra e William Ferreira.

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

Rua Claudino Barbosa, 313 - Macedo - Guarulhos/SP
CEP 07113-040 - TEL.: 2475-7300
<http://portaleducacao.guarulhos.sp.gov.br>

